



Poder Judiciário
Conselho da Justiça Federal

PORTARIA Nº 30, DE 29 DE MAIO DE 2007.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2007, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Raphael Barros Monteiro Filho*
Presidente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2006 A ABRIL DE 2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	5.286.177	123.902	5.410.078
Pessoal Ativo	4.796.933	120.757	4.917.691
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	3.699	1	3.699
Sentenças Judiciais Com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.438.739	114.574	1.553.313
Demais Despesas com Pessoal Ativo	3.354.495	6.182	3.360.678
Pessoal Inativo e Pensionistas	489.243	3.144	492.388
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	2.006.459	120.609	2.127.068
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	96	0	96
Decorrentes de Decisão Judicial	1.442.438	114.574	1.557.012
Despesas de Exercícios Anteriores	172.833	6.002	178.836
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	391.092	32	391.124
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	3.279.718	3.292	3.283.010
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)			357.359.177
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV) / (V) x 100]	0,917765%	0,000921%	0,918686%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		5.831.987
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		5.540.388

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 1.455.125,14 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e quatorze centavos) com sentenças judiciais de pessoal Inativo e R\$ 1.438.739.021,33 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e trinta e nove mil e trinta e três centavos) com Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV da Administração Direta.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

MARILENE NUNES DA SILVA
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

ALCIDES DINIZ DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL